

## ***V CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS SUPERIORES TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPTLP***

---

**NILSON VITAL NAVES**

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça  
e do Conselho da Justiça Federal*

Como presidente do Superior Tribunal de Justiça do Brasil e do Conselho da Justiça Federal, quero, inicialmente, expressar meu contentamento por participar, mais uma vez, da instalação desta Conferência, evento que, pelas sucessivas e exitosas edições, tornou-se tradição entre os países de língua portuguesa. Na verdade, em tempos de globalização, a iniciativa constitui adequada resposta à imperiosa necessidade de cooperação e fortalecimento de vínculos entre seus órgãos judiciários, os quais, estou certo, partilham objetivos comuns quanto à eficiência e celeridade da prestação jurisdicional. Ademais, é resposta ao progressivo ofuscamento da língua portuguesa devido à hegemonia de sociedades mais desenvolvidas e de economias mais poderosas sobre países em fase de desenvolvimento – uma supremacia que traz, em seu bojo, expressiva influência lingüística. Sabemos que “as línguas que não se defendem”, como bem o expressou Saramago, “morrem”. E eu acrescentaria: se povoada fosse a língua de Camões de vocábulos e estruturas estrangeiras, qual seria seu futuro? Certamente seu poder de comunicação definharia, e seu léxico poderia cair em desuso.

Sem dúvida, o contentamento que sinto contagia a todos os presentes e assume proporções incomensuráveis: aqui não apenas se reúnem delegações internacionais na busca de novos horizontes para melhor administrar a justiça; mais que isso, somos cidadãos da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, oriundos, na verdade, de etnias e culturas diversificadas, todavia irmanados pela “última flor do Lácio”, cantada em versos pelo brasileiro Olavo Bilac e



<http://bdjur.stj.gov.br>

---

Pronunciamento proferido por ocasião da sessão solene de abertura do CPTLP em Macau, 27.10.2003.

imortalizada pelo genial Camões. Sim, porque à língua é inerente esse poder de agregação, esse poder de humanização do homem pelo homem; de modo especial, aquela que nos irmana, em cujo seio pulsa a doce e viva presença do latim, pulsam ecos da primitiva gente da Península Ibérica, dos bárbaros e dos mouros. Precisamos, então, defender o idioma português – instrumento de comunicação de quase 200 milhões de pessoas em quatro continentes – e promovê-lo como veículo fomentador das relações internacionais, o que poderá abrir enormes oportunidades para os países da Comunidade.

Este reencontro da família lusófona vem consolidar, estou bem certo, os compromissos assumidos nas reuniões anteriores. Ressalto aquele firmado em Cabo Verde, consistente no envide de esforços para o aperfeiçoamento de nossos Judiciários, sobretudo no que tange à morosidade, ao acesso à Justiça e à obsolescência das leis, bem como à independência institucional, foco sobre o qual nos debruçaremos nestes dias.

Não creio ser exagero afirmar que a independência está para o Judiciário como a liberdade está para o homem. Ninguém, em sã consciência, poderia contestar a relevância de sua autonomia na qualidade não só de Poder do Estado, mas de garante do Estado democrático de direito. Evidentemente, um poder que se subordine a outro acabará por estiolar-se, tornar-se incapaz de cumprir a contento sua missão e, até mesmo, perder o rumo. Se não há de se estiolar, o poder também não pode agigantar-se, por isso a melhor doutrina é a de serem três os poderes, controláveis entre si.

No Brasil, a independência do Judiciário, o mais precioso bem, de que outros emanam, data do tempo da República. A propósito, ocorrem-me estas palavras de Campos Salles, à época ministro da Justiça e futuro presidente da República nascente: “De poder subordinado, qual



era", o Judiciário "transforma-se em poder soberano, (...) a fim de manter o equilíbrio, a regularidade e a própria independência dos outros poderes, assegurando ao mesmo tempo o livre exercício dos direitos do cidadão".

Naqueles instantes iniciais, eram proclamadas as boas novas – a independência do Judiciário brasileiro –; entretanto o correr dos anos mostraria não ter a prática acompanhado a teoria, embora seja bem sabido que, das funções estatais, é a judicial a primeira de que se tem notícia na história da humanidade.

Consagraram, então, entre nós, os constituintes de 1988 a independência dos Poderes; contudo, visando à manutenção da unidade do Estado, estatuíram a convivência harmônica entre eles. Causa-nos estranheza, no entanto, o fato de que exista visível ingerência inibidora das ações indispensáveis ao cumprimento da missão de cada Poder, manifesta, com mais veemência, sobre o Judiciário.

Assoma, no que toca à Justiça, o aspecto financeiro. O número de habitantes do Brasil cresce a olhos vistos, sendo hoje estimado em quase 180 milhões. Ademais, os conflitos de interesses se multiplicam, e a quantidade de juízes precisa acompanhar a demanda. Dispomos de, aproximadamente, um juiz para cada grupo de 20 mil habitantes; urge, pois, que tenhamos mais magistrados. Aumentar a quantidade de juízes em qualquer realidade implica conseguir novos recursos, e isso requer autonomia financeira. Caso não se consigam esses recursos, eis vilipendiada a Justiça e desamparado o povo.

Todavia essa questão é apenas uma face dos problemas associados à independência de nosso Judiciário. É imperativo modificar as situações que permitem o retardamento e o descumprimento de decisões judiciais, seja evitando o abuso da capacidade recursal, seja, como vem ocorrendo no Brasil, pela tentativa de se aprovarem normas que mexam



na distribuição das competências, seja, ao contrário, por ações que impeçam a aprovação de normas aperfeiçoadoras de tais competências.

Como se isso não bastasse a acentuar nossas preocupações, andam, no Brasil, de algum tempo para cá, a apregoar a incoerente idéia de um controle externo do Judiciário, o que, é obvio, antes de conferir proteção à magistratura, pressupõe castigá-la. Pergunto: por que o controle externo se nunca houve Judiciário tão transparente quanto o brasileiro? Lá os julgamentos sempre se fizeram a portas abertas, desde a primeira constituição republicana. Toda atividade humana, e a Justiça aí se inclui, necessita, dúvidas não há, de um controle, mas, no caso do Judiciário, que seja exercido por seus próprios membros. Se assim não for, um controle alheio às características do Poder virá ferir o basilar princípio da independência e a própria soberania nacional.

Em que pese a tantos entraves, nosso Judiciário não se tem quedado inerte à mercê dos vendavais. Ao contrário, tem lutado, obstinadamente, rumo à almejada independência, já conferida pela Constituição Federal.

Nesse contexto, o Superior Tribunal de Justiça, Corte a que cabe zelar pela uniformidade interpretativa do direito federal, vem desempenhando o papel de sentinela da Justiça brasileira mediante propostas remetidas ao Congresso Nacional e pontos de vista expressos e defendidos país afora. Conquanto solitário às vezes, jamais perde a força e a fé, porque sabe que suas proposições gravitam em torno dos jurisdicionados e buscam, por conseguinte, racionalizar, tornar mais eficiente e mais célere a prestação jurisdicional. Isso, com certeza, está contribuindo, em larga escala, para melhorar o conceito do Judiciário – esteio maior da democracia – e para aumentar a confiança que nele deposita a sociedade.

Senhores, estou muito esperançoso. Reuniões como esta permitem que os países lusófonos, ao divulgarem a realidade de suas instituições judiciárias, suscitem proveitoso debate e intercâmbio de experiências que nos ajudem a solidificar o princípio da independência, a democratizar o acesso à Justiça e a adotar novos procedimentos para minimizar os obstáculos opostos ao efetivo cumprimento da função judicante.

De modo especial, a conferência a que ora se dá abertura há de nos levar a pontos comuns sobre a autonomia administrativa e financeira dos tribunais, fator imprescindível à consolidação da independência dos Judiciários aqui representados. Além disso, estaremos dando um grande passo ao aprovar o Estatuto do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça da CPTLP, bem como ao instalar o Secretariado Permanente. Em tudo quanto aqui deliberarmos, sei que ganhará a Justiça de nossos países e, em consequência, ganharão os jurisdicionados.

Não poderia encerrar minhas palavras sem dizer de minha grande admiração por nossos gentis hospedeiros. Se, de um lado, os macaenses são herdeiros de tradições milenares, de outro evidenciam sua alma eclética e versátil quando, nas vias públicas, convivem harmonicamente a procissão e a dança do leão. Essa versatilidade assoma, ainda, nos belos e numerosos jardins, os quais, num misto de cultura ocidental e oriental, satisfazem os sentidos e refrescam o espírito.

Como não devo alongar-me em razão do tempo, finalizo congratulando-me com a Região Administrativa Especial de Macau, que, hoje integrante da próspera República Popular da China, continua ligada a Portugal por valores e laços seculares. E se ligada à nação-mãe do Brasil, ligada está a meu país e a mim.

Muito obrigado.

